



CÓDIGO DE ÉTICA

Este Código, com base nos princípios preconizados pelo Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem - CONIMA, e pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, destina-se a estabelecer as regras deontológicas que deverão ser observadas pelos árbitros, conciliadores e mediadores que atuarem nos procedimentos alternativos de resolução de conflitos administrados pela CAMACAN LATAM.

Art. 1º – Este Código de Ética aplica-se a todos os sócios, parceiros, colaboradores, empregados e quaisquer profissionais que atuem no âmbito da Câmara de Mediação e Arbitragem da Cannabis e Saúde Latino Americana – CAMACAN LATAM.

Art. 2º – São princípios que regem a atuação profissional da CAMACAN LATAM a confidencialidade, a competência, a imparcialidade, a neutralidade, a independência, a moralidade, bem como o respeito às leis vigentes.

Parágrafo único. Para os fins deste Código, consideram-se:

I – confidencialidade – dever de manter sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência de sua atuação na CAMACAN LATAM, salvo autorização expressa das partes envolvidas;

II – competência – dever de possuir qualificação profissional adequada e continuada, observados os parâmetros mínimos definidos pela CAMACAN LATAM;

III – imparcialidade – dever de agir com ausência de favoritismo, preferência ou preconceito, assegurando que valores e conceitos pessoais não interfiram no resultado do trabalho;

IV – neutralidade – dever de manter equidistância das partes, respeitando seus pontos de vista, com atribuição de igual valor a cada um deles;

V – independência – dever de atuar com liberdade, sem admitir qualquer pressão interna ou externa;

VI – moralidade – dever de atuar de modo correto, de acordo com as normas e com a ética profissional.

VII – credibilidade – deve construir e manter a credibilidade perante as partes, sendo independente, franco e coerente.

VIII – diligência – deve ter cuidado e prudência para a observância da regularidade, assegurando a qualidade do processo e cuidando ativamente de todos os seus princípios fundamentais.

CAPÍTULO I - DOS ÁRBITROS

I – AUTONOMIA DA VONTADE DAS PARTES

O árbitro deve reconhecer que a arbitragem fundamenta-se na autonomia da vontade das partes, devendo centrar sua atuação nesta premissa.

O princípio da autonomia da vontade constitui o fundamento do instituto da arbitragem, em razão da liberdade que as partes possuem para a instituírem nas relações jurídicas de cunho patrimonial disponíveis, a fim de solucionar eventuais controvérsias.

No desempenho de sua função, o árbitro deverá proceder com imparcialidade, independência, competência, diligência e confidencialidade, bem como exigir que esses princípios sejam rigidamente observados pelas partes e pelas Centrais e Câmaras de Mediação e Arbitragem, visando a proporcionar uma decisão justa e eficaz do conflito.

Dos deveres do árbitro:

- I. Ser independente e imparcial antes e durante a arbitragem;
- II. Ser imparcial, decidindo de acordo com a sua livre convicção, racional e fundamentada a realização da justiça;
- III. Ser independente, devendo agir com transparência, sem qualquer vinculação ou mesmo aproximação com as partes envolvidas na controvérsia;
- IV. Não manter contato direto com as partes e seus advogados até o término definitivo do processo. Se for necessário atendê-los, não o fazer individualmente, mas na presença com os demais membros do tribunal arbitral.

V. Ser diligente, assegurando a regularidade e a qualidade do procedimento, sem poupar esforços para proceder da melhor maneira possível quanto à investigação dos fatos relacionados ao conflito;

VI. Ser competente e eficiente, em que o encargo só deve ser aceito se puder dedicar à arbitragem o tempo e a atenção necessários para satisfazer as expectativas razoáveis das partes, assim como a aceitação do encargo pressupõe ser possuidor da qualificação necessária para resolver as questões litigiosas e o conhecimento adequado do idioma correspondente à arbitragem.

II – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

O árbitro aceitará o encargo se estiver convencido de que pode cumprir a sua função com competência, celeridade, imparcialidade e independência.

III – DO ÁRBITRO FRENTE A SUA NOMEAÇÃO

Uma vez aceita a nomeação, o árbitro se obriga com as partes, devendo atender aos termos convencionados por ocasião de sua investidura. Não deve o árbitro renunciar, salvo excepcionalmente por motivo grave que o impossibilite para o exercício da função.

IV – DO ÁRBITRO FRENTE À ACEITAÇÃO DO ENCARGO

Deverá o árbitro frente às partes:

- I. Utilizar a prudência e a veracidade, abstendo-se de promessas e garantias a respeito dos resultados.
- II. Evitar conduta ou aparência de conduta imprópria ou duvidosa.
- III. Ater-se ao comprometimento constante da convenção arbitral, bem como não possuir qualquer outro compromisso com a parte que o indicou.
- IV. Revelar qualquer interesse ou relacionamento que provavelmente afete a independência ou que possa criar uma aparência de parcialidade ou tendência.
- V. Ser leal, bem como fiel ao relacionamento de confiança e confidencialidade inerentes ao seu ofício.

V – DO ÁRBITRO FRENTE ÀS PARTES

Deverá o árbitro, em relação aos demais árbitros:

- I. Obedecer aos princípios da cordialidade e solidariedade;
- II. Ser respeitoso nos atos e nas palavras;

- III. Evitar fazer referências de qualquer modo desabonadoras a arbitragens que saiba estar ou ter estado a cargo de outro árbitro;
- IV. Preservar o processo e a pessoa dos árbitros, inclusive quando das eventuais substituições.

VI – DO ÁRBITRO FRENTE AOS DEMAIS ÁRBITROS

O árbitro deverá:

- I. Manter integridade do procedimento;
- II. Conduzir o procedimento com justiça e diligência;
- III. Decidir com imparcialidade, independência e de acordo com sua livre convicção;
- IV. Guardar sigilo sobre os fatos e as circunstâncias que lhe forem expostas pelas partes antes, durante e depois de finalizado o procedimento arbitral;
- V. Comportar-se com zelo, empenhando-se para que as partes se sintam amparadas e tenham a expectativa de um regular desenvolvimento do procedimento arbitral;
- VI. Zelar pela guarda dos documentos;

VII – DO ÁRBITRO FRENTE AO PROCEDIMENTO ARBITRAL

O árbitro deverá:

- I. Cooperar para boa qualidade dos serviços prestados pela CAMACAN LATAM;
- II. Manter os padrões de qualificação exigido pela CAMACAN LATAM;;
- III. Acatar as normas institucionais e éticas da arbitragem;
- IV. Submeter-se a este Código de Ética, comunicando à CAMACAN LATAM qualquer violação às suas regras;
- V. O árbitro deve evitar a utilização de elementos colhidos em arbitragens da qual esteja ou tenha participado para a publicação de artigos jornalísticos ou técnico-jurídicos que possam proporcionar a identificação das partes e/ou da questão objeto da controvérsia pelo público alvo de tais matérias;
- VI. Zelar para que os gastos não se elevem em proporção desmedida, tornando a arbitragem excessivamente onerosa, estando preparado para as audiências, tendo prévia e adequadamente estudado o caso;
- VII. O árbitro deve abster-se de usar informações colhidas durante o procedimento arbitral para obter vantagens pessoais ou para terceiros, ou que possam afetar quaisquer interesses de terceiros;

VIII. O árbitro, antes, durante e mesmo após o encerramento da arbitragem, deve guardar sigilo sobre o procedimento, os debates, as deliberações do tribunal arbitral e o conteúdo da sentença arbitral, salvo autorização expressa das partes, violação à ordem pública e às leis vigentes.

VIII – DO ÁRBITRO FRENTE À CÂMARA DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA CANNABIS E SAÚDE LATINO AMERICANA

O árbitro deve entregar à CAMACAN LATAM todo e qualquer documento ou papel de trabalho que esteja em seu poder ou, a critério das partes, promover a sua destruição, mediante termo respectivo por todos assinado, sem que deles conserve cópias ou registros virtuais.

A mediação e a conciliação fundamentam-se na autonomia da vontade das partes, devendo os mediadores e conciliadores centrarem suas atuações nesta premissa.

CAPÍTULO II - DO MEDIADOR

I – AUTONOMIA DA VONTADE DAS PARTES

O mediador deverá pautar suas atividades nos seguintes princípios: confidencialidade, competência, imparcialidade, neutralidade, credibilidade, independência e diligência.

II – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

I. Aceitará o encargo somente se estiverem imbuídos do propósito de atuar de acordo com os princípios fundamentais estabelecidos e normas éticas aqui estabelecidos.

II. Revelará, antes de aceitar o encargo, a existência de interesse ou relacionamento que possam afetar a imparcialidade, suscitar a aparência de parcialidade ou a quebra de independência, para que as partes tenham elementos de avaliação e decisão sobre sua continuidade.

III. Avaliará a aplicabilidade ou não do procedimento escolhido pelas partes ao caso concreto.

IV. Obrigar-se-á, aceitar a nomeação, a seguir os termos convencionados e os regulamentos da CAMACAN LATAM.

III – DO MEDIADOR FRENTE À NOMEAÇÃO

A escolha do mediador pressupõe relação de confiança, razão pela qual o mediador escolhido e nomeado deverá:

- I. Garantir às partes a oportunidade de entender e avaliar as implicações e os desdobramentos do processo de mediação ou conciliação em cada item negociado durante o procedimento.
- II. Utilizar a prudência e a veracidade, abstendo-se de promessas e garantias a respeito dos resultados.
- III. Dialogar separadamente com uma parte somente quando for dado o conhecimento e igual oportunidade à outra.
- IV. Assegurar às partes igual oportunidade de voz e legitimidade no procedimento, garantindo o equilíbrio de poder.
- V. Assegurar às partes a suficiência de informações para que elas possam avaliar os fatos e decidir.
- VI. Eximir-se de forçar a aceitação de um acordo ou tomar decisões pelas partes.
- VII. Observar o impedimento de não atuar como profissional contratado por qualquer uma das partes para tratar de matéria que tenha correlação com o objeto da mediação ou da conciliação, nem ser testemunha de qualquer delas em processo judicial superveniente que trate da mesma matéria.

IV – DO MEDIADOR FRENTE ÀS PARTES

O mediador e o conciliador, no curso do processo, deverão:

- I. Garantir às partes a oportunidade de entender e avaliar as implicações e o desdobramento do processo e de cada item negociado nas entrevistas preliminares e no curso da Mediação;
- II. Esclarecer quanto aos honorários, custas e forma de pagamento.
- III. Utilizar a prudência e a veracidade, abstendo-se de promessas e garantias a respeito dos resultados;
- IV. Dialogar separadamente com uma parte somente quando for dado o conhecimento e igual oportunidade à outra;
- V. Esclarecer a parte, ao finalizar uma sessão em separado, quais os pontos sigilosos e quais aqueles que podem ser do conhecimento da outra parte;
- VI. Assegurar-se que as partes tenham voz e legitimidade no processo, garantindo assim equilíbrio de poder;
- VII. Assegurar-se de que as partes tenham suficientes informações para avaliar e decidir;
- VIII. Recomendar às partes uma revisão legal do acordo antes de subscrevê-lo.

IX. Eximir-se de forçar a aceitação de um acordo e/ou tomar decisões pelas partes.

X. Observar a restrição de não atuar como profissional contratado por qualquer uma das partes, para tratar de questão que tenha correlação com a matéria mediada

V – DO MEDIADOR FRENTE AO PROCESSO

O mediador deverá:

- I. Descrever o processo da Mediação para as partes;
- II. Definir, com os mediados, todos os procedimentos pertinentes ao processo;
- III. Esclarecer quanto ao sigilo;
- IV. Assegurar a qualidade do processo, utilizando todas as técnicas disponíveis e capazes de levar a bom termo os objetivos da Mediação;
- V. Zelar pelo sigilo dos procedimentos, inclusive no concernente aos cuidados a serem tomados pela equipe técnica no manuseio e arquivamento dos dados;
- VI. Sugerir a busca e/ou a participação de especialistas na medida que suas presenças se façam necessárias a esclarecimentos para a manutenção da equanimidade;
- VII. Interromper o processo frente a qualquer impedimento ético ou legal;
- VIII. Suspender ou finalizar a Mediação quando concluir que sua continuação possa prejudicar qualquer dos mediados ou quando houver solicitação das partes;
- IX. Fornecer às partes, por escrito, as conclusões da Mediação, quando por elas solicitado.

VI – DO MEDIADOR FRENTE A CAMACAN LATAM

- I. Cooperar para a qualidade dos serviços prestados pela CAMACAN LATAM.
- II. Manter os padrões de qualificação, formação, aprimoramento e especialização exigidos pela CAMACAN LATAM.
- III. Acatar as normas institucionais e éticas da CAMACAN LATAM.
- IV. Submeterem-se a este Código de Ética, comunicando à CAMACAN LATAM qualquer violação às suas normas.

CAPÍTULO III - DO COMITÊ DE RESOLUÇÃO DE DISPUTAS (DISPUTE BOARDS)

As Partes deverão cooperar umas com as outras, bem como com os membros do Comitê de Resolução de Disputas (CRD) na condução dos trabalhos, na aplicação do Regulamento de Dispute Boards e deste Código de Ética.

I - PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

- I. solucionar de forma célere, técnica e com base na estrita observância do contrato celebrado entre as Partes (“Contrato”) as disputas que venham a ocorrer durante a execução do escopo contratual;
- II. proteger o cronograma e o escopo contratual dos interesses individuais das Partes;
- III. estimular a solução de possíveis disputas contratuais no momento do seu surgimento, evitando as complicações e custos associados aos seu prolongamento no tempo;
- IV. colaborar com a preservação do relacionamento entre as Partes;

II - DO COMITÊS DE RESOLUÇÃO DE DISPUTAS FRENTE À FORMAÇÃO

Os Membros Técnicos e o Presidente do Comitê deverão ser, preferencialmente, escolhidos dentre os membros das listas disponibilizadas pela CAMACAN LATAM, formadas por profissionais de reconhecida experiência em suas áreas de atuação e com certificação para exercer de forma técnica e eficiente as funções que lhes serão confiadas pelas Partes.

III - FUNÇÕES DO COMITÊ DE RESOLUÇÃO DE DISPUTAS:

- I. Prestar assistência informal: por solicitação de qualquer das Partes ou por iniciativa própria, o CRD prestará auxílio (“Assistência Informal”) às Partes do contrato para a composição amigável de conflito relacionado ao contrato. Ao prestar Assistência Informal o CRD poderá utilizar a técnica que entender conveniente, optando por estimular a negociação direta entre as Partes, por auxiliar na conciliação ou por atuar na mediação do conflito;
- II. Emitir conclusão: por solicitação conjunta das Partes o CRD deverá emitir conclusão (“Conclusão”) sobre consulta que lhe seja submetida, de adoção não obrigatória;
- III. Emitir recomendação: por solicitação conjunta das Partes o CRD deverá emitir Recomendação (“Recomendação”) sobre consulta relativa a controvérsia que lhe seja submetida, de adoção não obrigatória.

IV. Emitir decisão: por solicitação conjunta ou de uma das Partes o CRD deverá emitir decisão (“Decisão”) sobre consulta relativa a controvérsia que lhe seja submetida, de adoção obrigatória.

IV - COMITÊ DE RESOLUÇÃO DE DISPUTAS PERMANENTE E AD HOC

O CRD poderá atuar acompanhando a execução do contrato de forma permanente (“CRD Permanente”) ou por solicitação das Partes (“CRD Ad Hoc”):

I. CRD Permanente: formado no momento da celebração do contrato ou em prazo posterior à sua celebração, permanecendo ativo durante toda a vigência do contrato, independentemente da existência ou não de uma controvérsia; e

II. CRD Ad Hoc: formado somente quando da ocorrência de uma controvérsia formalmente submetida, permanecendo ativo até a emissão da Decisão e após o esgotamento dos procedimentos a ela aplicáveis.

O CRD Permanente e o CRD Ad Hoc poderão ser compostos por 1 (um) membro ou por 3 (três) membros, sendo que o CRD composto por 1 (um) membro terá apenas o Presidente do Comitê e o CRD composto por 3 (três) membros terá 2 (dois) Membros Técnicos e 1 (um) Presidente do Comitê;

V - REQUISITOS PARA A ATUAÇÃO DOS MEMBROS TÉCNICOS E DO PRESIDENTE DO COMITÊ

I. Ao aceitar sua nomeação, os Membros Técnicos e/ou o Presidente do Comitê se comprometem a exercer suas funções em conformidade com o presente Regulamento.

II. Os Membros Técnicos e o Presidente do Comitê deverão proceder com independência, imparcialidade, competência, diligência e discrição durante o exercício das suas funções.

III. Todo candidato a membro do CRD deverá assinar declaração de independência, imparcialidade e disponibilidade e comunicar imediatamente, por escrito, às Partes, aos demais componentes do CRD e à Secretaria da CAMACAN LATAM, todos os fatos e circunstâncias que possam colocar em dúvida perante as Partes sua independência, imparcialidade e ausência de disponibilidade, inclusive os que possam surgir durante o seu mandato;

IV. Salvo acordo em sentido diverso, se uma Parte quiser impugnar um membro do CRD devido à alegada ausência de independência, imparcialidade,

competência e/ou disponibilidade, ou por qualquer outro motivo, tal como descumprimento de suas atribuições, deverá fazê-lo no prazo de 10 (dez) dias, contados do conhecimento dos fatos que motivaram a impugnação. Salvo acordo em sentido diverso, o pedido deverá ser submetido a CAMACAN LATAM que, respeitados o direito de manifestação das demais Partes envolvidas, decidirá a questão;

V. Se a impugnação de um membro do CRD for acolhida, o membro deverá ser substituído, na forma prevista neste Regulamento;

VI. Qualquer Membro do CRD poderá renunciar seu mandato, desde que notifique as Partes, os demais membros do CRD e à Secretaria da CAMACAN LATAM, devendo permanecer no exercício das suas funções no mínimo até o final do mês seguinte ao da renúncia.

VI - DOS PROCEDIMENTOS DO COMITÊ DE RESOLUÇÃO DE DISPUTAS

I. O procedimento perante o CRD será regido pelo acordo entre as Partes, refletido no Contrato e outros instrumentos, pelo Termo e, no silêncio destes, pelo presente Regulamento, competindo ao CRD suprir eventuais lacunas e detalhar o procedimento. Não obstante, o CRD terá o poder de:

- a - determinar o idioma do procedimento, respeitadas eventuais avenças entre as Partes;
- b - solicitar às Partes que apresentem todos os documentos que o CRD julgar necessários para exercer suas funções;
- c - convocar reuniões, visitas ao local de cumprimento do Contrato e audiências;
- d - decidir sobre todas as questões procedimentais suscitadas durante uma reunião, visita d - ao local de execução do Contrato ou audiência;
- e - nomear especialistas, desde que com consentimento das Partes;
- f - interrogar as Partes, seus representantes e qualquer testemunha que o CRD convocar, na ordem que lhe convier;
- g - proferir medidas para preservação de provas; e
- h - tomar todas as medidas necessárias ao fiel exercício de suas funções.

VII - COMITÊ DE RESOLUÇÃO DE DISPUTAS CONTRA CAMACAN LATAM

I. Cooperar pela qualidade dos serviços prestados pela CAMACAN LATAM.

II. Manter os padrões de qualificação, treinamento, aperfeiçoamento e especialização exigidos pela CAMACAN LATAM.

III. Cumprir os padrões institucionais e éticos da CAMACAN LATAM.

IV. Submeter a este Código de Ética, reportando à CAMACAN LATAM qualquer violação de suas normas.



CODE OF ETHICS

This Code, based on the principles recommended by the Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem - CONIMA, and by the Conselho Nacional de Justiça - CNJ, is intended to establish the deontological rules that must be observed by the arbitrators, conciliators and mediators who act in the alternative dispute resolution procedures administered by CAMACAN LATAM.

Art. 1º - This Code of Ethics applies to all partners, partners, collaborators, employees and any professionals who work within the Câmara de Mediação e Arbitragem da Cannabis e Saúde Latino Americana - CAMACAN LATAM

Art. 2º – The principles that govern the professional performance of CAMACAN LATAM are confidentiality, competence, impartiality, neutrality, independence, morality, as well as respect for current laws.

Single paragraph. For the purposes of this Code, the following are considered:

I - confidentiality - duty to maintain confidentiality on all information obtained as a result of its activities at CAMACAN LATAM, unless expressly authorized by the parties involved;

II - competence - duty to have adequate and continuous professional qualification, observing the minimum parameters defined by CAMACAN LATAM;

III - impartiality - duty to act with no favoritism, preference or prejudice, ensuring that personal values and concepts do not interfere with the result of the work;

IV - neutrality - duty to maintain equidistance between the parties, respecting their points of view, with the attribution of equal value to each of them;

V - independence - duty to act freely, without admitting any internal or external pressure;

VI - morality - duty to act correctly, in accordance with the rules and professional ethics.

VII - credibility - must build and maintain credibility with the parties, being independent, frank and consistent.

VIII - diligence - care and prudence must be taken to ensure regularity, ensuring the quality of the process and actively taking care of all its fundamental principles.

CHAPTER I - ARBITRATORS

I - AUTONOMY OF THE WILL OF THE PARTIES

The arbitrator must recognize that the arbitration is based on the autonomy of the parties' will, and should focus its performance on this premise.

The principle of autonomy of the will is the foundation of the arbitration institute, due to the freedom that the parties have to establish it in the available legal relations of patrimonial nature, in order to resolve possible disputes.

In the performance of his function, the arbitrator shall proceed with impartiality, independence, competence, diligence and confidentiality, as well as requiring that these principles are strictly observed by the parties and by the Mediation and Arbitration Centrals, in order to provide a fair and effective decision conflict.

Arbitrator duties:

- I. Should be independent and impartial before and during arbitration;
- II. Should be impartial, deciding in accordance with your free conviction, rational and justified the realization of justice;
- III. Should be independent, and must act with transparency, without any connection or even approximation with the parties involved in the dispute;
- IV. Do not maintain direct contact with the parties and their lawyers until the definitive end of the process. If it is necessary to assist them, do not do it individually, but in the presence with the other members of the arbitral tribunal.

V. Should be diligent, ensuring the regularity and quality of the procedure, without sparing efforts to proceed in the best possible way regarding the investigation of the facts related to the conflict;

VI. Should be competent and efficient, where the charge should only be accepted if you can dedicate the time and attention necessary to satisfy the reasonable expectations of the parties to the arbitration, just as accepting the charge presupposes that you have the necessary qualification to resolve the issues disputes and adequate knowledge of the language corresponding to the arbitration.

II - FUNDAMENTAL PRINCIPLES

The arbitrator will accept the charge if he is convinced that he can perform his function with competence, speed, impartiality and independence.

III - ARBITRATORS FRONT TO THEIR APPOINTMENT

Once the appointment is accepted, the arbitrator agrees with the parties, and must comply with the terms agreed upon at the time of his investiture. The arbitrator must not resign, except in exceptional circumstances for a serious reason that makes it impossible for him to exercise his function.

IV - ARBITRATOR FRONT TO ACCEPTANCE OF CHARGE

The arbitrator must face the parties:

- I. Use prudence and truthfulness, refraining from promises and guarantees regarding the results.
- II. Avoid conduct or appearance of improper or questionable conduct.
- III. Stick to the commitment contained in the arbitration agreement, as well as not having any other commitment to the party that indicated it.
- IV. Reveal any interest or relationship that is likely to affect independence or that may create an appearance of bias or bias.
- V. Be loyal, as well as loyal to the relationship of trust and confidentiality inherent in your job.

V - ARBITRATOR IN FRONT OF THE PARTIES

The referee shall, in relation to the other referees:

- I. Obey the principles of cordiality and solidarity;
- II. Be respectful in deeds and words;
- III. Avoid making references in any way to disparaging arbitrations that you know are or have been in charge of another arbitrator;
- IV. Preserve the process and the person of the arbitrators, including when replacing them.

VI - ARBITRATOR IN FRONT TO OTHER ARBITRATORS

The referee must:

- I. Maintain integrity of the procedure;
- II. Conduct the procedure fairly and diligently;
- III. Decide with impartiality, independence and according to your free belief;
- IV. Keep confidentiality about the facts and circumstances exposed by the parties before, during and after the arbitral proceedings are concluded;
- V. Behave with zeal, striving so that the parties feel supported and have the expectation of a regular development of the arbitration procedure;
- VI. Ensure the custody of documents;

VII - ARBITRATOR IN FRONT TO THE ARBITRAL PROCEDURE

The referee must:

1. Cooperate for good quality of the services provided by CAMACAN LATAM;
2. Maintain the qualification standards required by CAMACAN LATAM;
3. Comply with the institutional and ethical rules of arbitration;
4. Submit to this Code of Ethics, reporting to CAMACAN LATAM any violation of its rules;
5. The arbitrator must avoid the use of elements collected in arbitrations in which he is or has participated in the publication of journalistic or technical-legal articles that may provide the identification of the parties and / or the subject matter of the controversy by the target audience of such matters ;
6. Ensure that expenditures do not rise in an excessive proportion, making arbitration excessively costly, being prepared for the hearings, having previously and properly studied the case;

7. The arbitrator must refrain from using information collected during the arbitration procedure to obtain personal or third party benefits, or that could affect any third party's interests;

8. The arbitrator, before, during and even after the end of the arbitration, must keep secrecy about the procedure, the debates, the deliberations of the arbitral tribunal and the content of the arbitral award, save

VIII - ARBITRATOR IN FRONT OF THE MEDIATION AND ARBITRATION CASE OF CANNABIS AND LATIN AMERICAN HEALTH

The arbitrator must deliver to CAMACAN LATAM any and all working documents or papers that are in his possession or, at the discretion of the parties, promote their destruction, by means of a respective term signed by all, without keeping copies or virtual records.

Mediation and conciliation are based on the autonomy of the parties' will, and mediators and conciliators should focus their actions on this premise.

CHAPTER II - MEDIATOR

I - AUTONOMY OF THE WILL OF THE PARTIES

The mediator must base his activities on the following principles: confidentiality, competence, impartiality, neutrality, credibility, independence and diligence.

II - FUNDAMENTAL PRINCIPLES

I. Will accept the charge only if they are imbued with the purpose of acting in accordance with the fundamental principles established and ethical norms established here.

II. It will reveal, before accepting the charge, the existence of an interest or relationship that may affect impartiality, give rise to the appearance of partiality or the breakdown of independence, so that the parties have elements of assessment and decision on its continuity.

III. It will evaluate the applicability or not of the procedure chosen by the parties to the specific case.

IV. You will be required to accept the appointment, following the agreed terms and regulations of CAMACAN LATAM.

III - MEDIATOR FRONT TO THE APPOINTMENT

The choice of mediator presupposes a relationship of trust, which is why the chosen and appointed mediator must:

I. To guarantee the parties the opportunity to understand and evaluate the implications and consequences of the mediation or conciliation process in each item negotiated during the procedure.

II. Use prudence and truthfulness, refraining from promises and guarantees regarding the results.

III. Dialogue separately with one party only when knowledge and equal opportunity are given to the other.

IV. Ensure that the parties have an equal opportunity of voice and legitimacy in the procedure, ensuring a balance of power.

V. Ensure that the parties have sufficient information so that they can assess the facts and decide.

VI. Refrain from forcing acceptance of an agreement or making decisions by the parties.

VII. Observe the impediment of not acting as a professional hired by any of the parties to deal with matters that have a correlation with the object of mediation or conciliation, nor be witnesses of any of them in a supervening judicial process that deals with the same matter.

IV - MEDIATOR FRONT TO THE PARTIES

The mediator and the conciliator, in the course of the process, should:

I. Guarantee the parties the opportunity to understand and evaluate the implications and consequences of the process and of each item negotiated in the preliminary interviews and in the Mediation course;

- II. Clarify the fees, costs and form of payment.
- III. Use prudence and truthfulness, refraining from promises and guarantees regarding the results;
- IV. Dialogue separately with one party only when knowledge and equal opportunity are given to the other;
- V. Clarify the part, at the end of a separate session, which points are confidential and which may be known by the other party;
- VI. Ensure that the parties have a voice and legitimacy in the process, thus ensuring a balance of power;
- VII. Ensure that the parties have sufficient information to evaluate and decide;
- VIII. To recommend to the parties a legal review of the agreement before signing it.
- IX. Refrain from forcing acceptance of an agreement and / or making decisions by the parties.
- X. Observe the restriction of not acting as a professional hired by any of the parties, to address an issue that has a correlation with the mediated matter.

V - MEDIATOR FRONT TO THE PROCESS

The mediator should:

- I. Describe the Mediation process for the parties;
- II. Define, with the mediators, all procedures relevant to the process;
- III. Clarify as to confidentiality;
- IV. Ensure the quality of the process, using all available techniques and capable of carrying out the objectives of the Mediation;
- V. Ensure the confidentiality of procedures, including with regard to the care to be taken by the technical team in handling and archiving the data;
- VI. Suggest the search and / or participation of specialists as their presence is necessary for clarification to maintain equanimity;
- VII. Stop the process in the face of any ethical or legal impediment;
- VIII. Suspend or end the Mediation when it concludes that its continuation could harm any of the mediated or when requested by the parties;
- IX. Provide the parties, in writing, with the conclusions of the Mediation, when requested by them.

VI - MEDIATOR FRONT TO CAMACAN LATAM

- I. Cooperate for the quality of services provided by CAMACAN LATAM.
- II. Maintain the standards of qualification, training, improvement and specialization required by CAMACAN LATAM.
- III. Comply with the institutional and ethical standards of CAMACAN LATAM.
- IV. Submit to this Code of Ethics, reporting to CAMACAN LATAM any violation of its rules.

CHAPTER III - DISPUTE BOARDS RESOLUTION COMMITTEE

The Parties shall cooperate with each other, as well as with the members of the Dispute Resolution Committee (CRD) in conducting the work, in the application of the Dispute Boards Regulation and this Code of Ethics.

I - PRINCIPIOS FUNDAMENTALES

- I. to resolve swiftly, technically and based on the strict observance of the contract signed between the Parties ("Contract") the disputes that may occur during the execution of the contractual scope;
- II. protect the schedule and contractual scope of the Parties' individual interests;
- III. stimulate the solution of possible contractual disputes at the time of its appearance, avoiding the complications and costs associated with its extension over time;
- IV. collaborate with the preservation of the relationship between the Parties.

II - DISPUTE RESOLUTION COMMITTEES IN FRONT OF THE FORMATION

The Technical Members and the Chairman of the Committee should preferably be chosen from among the members of the lists made available by CAMACAN LATAM, formed by professionals of recognized experience in their areas of expertise and certified to perform in a technical and efficient manner the functions that will be assigned to them. entrusted by the Parties.

III - FUNCTIONS OF THE DISPUTE RESOLUTION COMMITTEE:

I. Providing informal assistance: at the request of either Party or on its own initiative, the CRD will provide assistance (“Informal Assistance”) to the Contract Parties for the amicable settlement of the conflict related to the contract. When providing Informal Assistance, the CRD may use whatever technique it deems convenient, choosing to encourage direct negotiation between the Parties, to assist in conciliation or to act in the mediation of the conflict;

II. Issue conclusion: at the joint request of the Parties, the CRD shall issue a conclusion (“Conclusion”) on the consultation submitted to it, which is not mandatory for adoption;

III. Issue recommendation: at the joint request of the Parties, the CRD shall issue a Recommendation (“Recommendation”) on consultation regarding the controversy submitted to it, which is not mandatory.

IV. Issue decision: upon joint request or by one of the Parties, the CRD shall issue a decision (“Decision”) on a consultation regarding the controversy that is submitted to it, which must be adopted.

IV - PERMANENT AND AD HOC DISPUTE RESOLUTION COMMITTEE

The CRD may act following the performance of the contract on a permanent basis (“Permanent CRD”) or at the request of the Parties (“CRD Ad Hoc”):

I. Permanent CRD: formed at the time of the conclusion of the contract or within a period subsequent to its conclusion, remaining active throughout the term of the contract, regardless of the existence or not of a dispute; and

II. Ad Hoc CRD: formed only when a formally submitted controversy occurs, remaining active until the decision is issued and after the procedures applicable to it have been exhausted.

The Permanent CRD and the Ad Hoc CRD may consist of 1 (one) member or 3 (three) members, with the CRD consisting of 1 (one) member having only the Chairman of the Committee and the CRD comprising 3 (three) members will have 2 (two) Technical Members and 1 (one) Committee Chairman.

V - REQUIREMENTS FOR THE PERFORMANCE OF TECHNICAL MEMBERS AND THE COMMITTEE CHAIRMAN

I. Upon accepting their nomination, the Technical Members and / or the Chairman of the Committee undertake to exercise their functions in accordance with these Regulations.

II. The Technical Members and the Chairman of the Committee must proceed with independence, impartiality, competence, diligence and discretion during the exercise of their functions.

III. Every candidate for CRD membership must sign a declaration of independence, impartiality and availability and immediately communicate, in writing, to the Parties, the other components of the CRD and the CAMACAN LATAM Secretariat, all the facts and circumstances that may put in doubt before the Parties his independence, impartiality and lack of availability, including those that may arise during his term.

IV. Unless otherwise agreed, if a Party wishes to challenge a member of the CRD due to the alleged lack of independence, impartiality, competence and / or availability, or for any other reason, such as noncompliance with its duties, it must do so within 10 (ten) days, counted from the knowledge of the facts that motivated the challenge. Unless otherwise agreed, the request must be submitted to CAMACAN LATAM, which, with due regard for the right of the other Parties concerned, to decide the matter.

V. If the challenge of a member of the CRD is accepted, the member must be replaced, as provided in this Regulation.

VI. Any Member of the CRD may resign his mandate, provided he notifies the Parties, the other members of the CRD and the CAMACAN LATAM Secretariat, and must remain in the exercise of their functions at least until the end of the month following the resignation.

VI - PROCEDURES OF THE DISPUTE RESOLUTION COMMITTEE

I. The procedure before the CRD will be governed by the agreement between the Parties, reflected in the Contract and other instruments, by the Term and, in their silence, by this Regulation, the CRD will be responsible for filling any gaps and detailing the procedure. Nevertheless, the CRD will have the power to:

- a - determine the language of the procedure, subject to possible agreements between the Parties;
- b - request the Parties to submit all documents that the CRD deems necessary to perform its functions;
- c - call meetings, visits to the place of performance of the Contract and hearings;

- d - decide on all procedural issues raised during a meeting, visit d - at the place of performance of the Contract or hearing;
- and - appoint experts, provided that the parties agree with it;
- f - interrogate the Parties, their representatives and any witnesses that the CRD summons, in the order that suits them;
- g - take measures to preserve evidence; and
- h - take all necessary measures for the faithful exercise of its functions.

VII - DISPUTE RESOLUTION COMMITTEE IN FRONT OF CAMACAN LATAM

- I. Cooperate for the quality of the services provided by CAMACAN LATAM.
- II. Maintain the standards of qualification, training, improvement and specialization required by CAMACAN LATAM.
- III. Comply with the institutional and ethical standards of CAMACAN LATAM.
- IV. Submit to this Code of Ethics, reporting to CAMACAN LATAM any violation of its rules.



CÓDIGO DE ÉTICA

Este Código, con base en los principios recomendados por el Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem - CONIMA, y por el Conselho Nacional de Justiça - CNJ, tiene como finalidad establecer las reglas deontológicas que deben observar los árbitros, conciliadores y mediadores que laboran en los procedimientos alternativos de resolución de conflictos administrados por CAMACAN LATAM.

Art.1 - Este Código de Ética aplica a todos los socios, socios, colaboradores, empleados y cualquier profesional que trabaje en el ámbito de la Cámara de Mediación y Arbitraje Cannábico y Latinoamericano en Salud - CAMACAN LATAM.

Art.2 - Confidencialidad, competencia, imparcialidad, neutralidad, independencia, moralidad, así como el respeto a las leyes vigentes son los principios que rigen el desempeño profesional de CAMACAN LATAM.

Párrafo único. Para efectos de este Código, se consideran los siguientes:

I - confidencialidad - deber de mantener la confidencialidad sobre toda la información obtenida como resultado de sus actividades en CAMACAN LATAM, salvo autorización expresa de las partes involucradas;

II - competencia - deber de contar con una adecuada y continua calificación profesional, observando los parámetros mínimos definidos por CAMACAN LATAM;

III - imparcialidad - deber de actuar en ausencia de favoritismos, preferencias o prejuicios, asegurando que los valores y conceptos personales no interfieran con el resultado del trabajo;

IV - neutralidad - deber de mantener la equidistancia entre las partes, respetando sus puntos de vista, con la atribución de igual valor a cada una de ellas;

V - independencia - deber de actuar libremente, sin admitir presiones internas o externas;

VI - moralidad - deber de actuar correctamente, de acuerdo con las normas y la ética profesional;

VII - credibilidad - debe construir y mantener la credibilidad con las partes, siendo independientes, francos y coherentes;

VIII - diligencia - hay que tener cuidado y prudencia para asegurar la regularidad, velando por la calidad del proceso y cuidando activamente todos sus principios fundamentales.

CAPÍTULO I - ÁRBITROS

I - AUTONOMÍA DE LA VOLUNTAD DE LAS PARTES

I. Ser independiente e imparcial antes y durante el arbitraje;

II. Sea imparcial, decidiendo de acuerdo con su libre convicción, racional y justificada la realización de la justicia;

III. Ser independiente y actuar con transparencia, sin vinculación ni aproximación alguna con las partes involucradas en la controversia;

IV. No mantenga contacto directo con las partes y sus abogados hasta el final definitivo del proceso. Si es necesario asistirlos, no hacerlo individualmente, sino en presencia de los demás miembros del tribunal arbitral.

V. Ser diligentes, velando por la regularidad y calidad del procedimiento, sin escatimar esfuerzos para proceder de la mejor manera posible en la investigación de los hechos relacionados con el conflicto;

SIERRA. Ser competente y eficiente, donde el cargo solo debe ser aceptado si puede dedicar el tiempo y la atención necesarios para satisfacer las expectativas razonables de las partes del arbitraje, así como aceptar el cargo presupone tener la calificación necesaria para resolver los asuntos en disputa. y conocimiento adecuado del idioma correspondiente al arbitraje.

II - PRINCIPIOS FUNDAMENTALES

El árbitro aceptará el cargo si está convencido de que puede desempeñar su función con competencia, celeridad, imparcialidad e independencia.

III - ÁRBITRO DELANTE DE SU CITA

Aceptado el nombramiento, el árbitro acuerda con las partes, debiendo cumplir con los términos acordados al momento de su investidura. El árbitro no debe dimitir, salvo en

circunstancias excepcionales por una causa grave que le imposibilite el ejercicio de su función.

IV - ÁRBITRO DELANTE DE LA ACEPTACIÓN DEL CARGO

El árbitro debe afrontar las partes:

- I. Actuar con prudencia y veracidad, absteniéndose de promesas y garantías sobre los resultados.
- II. Evite la conducta o apariencia de conducta inapropiada o cuestionable.
- III. Cumplir con el compromiso contenido en el convenio arbitral, así como no tener ningún otro compromiso con la parte que lo indicó.
- IV. Revele cualquier interés o relación que pueda afectar la independencia o que pueda crear una apariencia de parcialidad o parcialidad.
- V. Ser leal, así como leal a la relación de confianza y confidencialidad inherente a su trabajo.

V - ÁRBITRO DELANTE DE LAS PARTES

El árbitro, en relación con los demás árbitros:

- I. Obedecer los principios de cordialidad y solidaridad;
- II. Sea respetuoso en hechos y palabras;
- III. Evite hacer referencias de mala reputación a arbitrajes que sepa que están o han estado a cargo de otro árbitro;
- IV. Preservar el proceso y la persona de los árbitros, incluso en su sustitución.

VI - ÁRBITRO DELANTE DE OTROS ÁRBITROS

El árbitro debe:

- I. Mantener la integridad del procedimiento;
- II. Llevar a cabo el procedimiento de manera justa y diligente;
- III. Decidir con imparcialidad, independencia y según su libre fe;
- IV. Mantener el secreto sobre los hechos y circunstancias que le sean expuestos por las partes antes, durante y después de concluido el procedimiento arbitral;
- V. Actuar con celo, esforzándose para que las partes se sientan apoyadas y tengan la expectativa de un desarrollo regular del procedimiento arbitral;
- VI. Asegurar la custodia de documentos.

VII - ÁRBITRO DELANTE DEL PROCEDIMIENTO ARBITRAL

El árbitro debe:

- I. Cooperar por la buena calidad de los servicios prestados por CAMACAN LATAM;
- II. Mantener los estándares de calificación requeridos por CAMACAN LATAM;
- III. Cumplir con las reglas institucionales y éticas del arbitraje;
- IV. Someterse a este Código de Ética, notificando a CAMACAN LATAM cualquier violación a sus normas;
- V. El árbitro deberá evitar el uso de elementos recabados en arbitrajes en los que sea o haya participado en la publicación de artículos periodísticos o técnico-legales que puedan proporcionar la identificación de las partes y / o el objeto de la controversia por parte del objetivo. audiencia de tales asuntos;
- SIERRA. Asegurar que los gastos no aumenten en una proporción excesiva, encareciendo excesivamente el arbitraje, estando preparados para las audiencias, habiendo estudiado el caso previa y adecuadamente;
- VII. El árbitro debe abstenerse de utilizar la información recopilada durante el procedimiento de arbitraje para obtener beneficios personales o de terceros, o que puedan afectar los intereses de terceros;
- VIII. El árbitro, antes, durante e incluso después de la finalización del arbitraje, deberá mantener la confidencialidad sobre el procedimiento, los debates, las deliberaciones del tribunal arbitral y el contenido del laudo arbitral, salvo autorización expresa de las partes, violación del orden público. y las leyes vigentes.

VIII - ÁRBITRO FRENTE A LA JAULA DE MEDIACIÓN Y ARBITRAJE DE CANNABIS Y SALUD LATINOAMERICANA

El árbitro deberá entregar a CAMACAN LATAM todos y cada uno de los documentos de trabajo o papeles que se encuentren en su poder o, a discreción de las partes, promover su destrucción, mediante un término respectivo firmado por todos, sin guardar copias ni registros virtuales.

La mediación y la conciliación se basan en la autonomía de la voluntad de las partes, y los mediadores y conciliadores deben centrar sus acciones en esta premisa.

CAPÍTULO II - MEDIADOR

I - AUTONOMÍA DE LA VOLUNTAD DE LAS PARTES

El mediador debe basar su actividad en los siguientes principios: confidencialidad, competencia, imparcialidad, neutralidad, credibilidad, independencia y diligencia.

II - PRINCIPIOS FUNDAMENTALES

I. Aceptarán el cargo sólo si están imbuidos del propósito de actuar de acuerdo con los principios fundamentales establecidos y las normas éticas aquí establecidas.

II. Revelará, antes de aceptar el cargo, la existencia de un interés o relación que pueda afectar la imparcialidad, dar lugar a la apariencia de parcialidad o la ruptura de la independencia, de manera que las partes dispongan de elementos de apreciación y decisión sobre su continuidad.

III. Valorará la aplicabilidad o no del procedimiento elegido por las partes en el caso concreto.

IV. Se le solicitará que acepte la cita, siguiendo los términos y reglamentos acordados de CAMACAN LATAM.

III - MEDIADOR ANTE LA CITA

La elección del mediador presupone una relación de confianza, por lo que el mediador elegido y designado debe:

I. Garantizar a las partes la oportunidad de comprender y evaluar las implicaciones y consecuencias del proceso de mediación o conciliación en cada punto negociado durante el procedimiento.

II. Actúe con prudencia y veracidad, absteniéndose de promesas y garantías sobre los resultados.

III. Dialogar por separado con una de las partes solo cuando se brinden conocimientos e igualdad de oportunidades a la otra.

IV. Asegurar a las partes igualdad de oportunidades de voz y legitimidad en el procedimiento, garantizando el equilibrio de poder.

V. Asegurar que las partes cuenten con información suficiente para que puedan valorar los hechos y decidir.

VI. Eximirse de forzar la aceptación de un acuerdo o tomar decisiones por las partes.

VII. Observar el impedimento de no actuar como profesional contratado por alguna de las partes para tratar asuntos que tengan correlación con el objeto de la mediación o conciliación, ni ser testigo de ninguno de ellos en un proceso judicial superviniente que se ocupe del mismo asunto.

IV - MEDIADOR FRENTE A LAS PARTES

El mediador y el conciliador, en el transcurso del proceso, deben:

I. Garantizar a las partes la oportunidad de comprender y evaluar las implicaciones y el desarrollo del proceso y de cada tema negociado en las entrevistas preliminares y en el curso de Mediación;

II. Aclarar las tarifas, los costos y la forma de pago.

III. Usar la prudencia y la veracidad, absteniéndose de promesas y garantías sobre los resultados;

IV. Diálogo por separado con una de las partes solo cuando se brinden conocimientos e igualdad de oportunidades a la otra;

V. Aclarar la parte, al final de una sesión separada, qué puntos son confidenciales y cuáles pueden ser conocidos por la otra parte;

SIERRA. Asegurar que las partes tengan voz y legitimidad en el proceso, asegurando así un equilibrio de poder;

VII. Asegurar que las partes tengan suficiente información para evaluar y decidir;

VIII. Recomiende a las partes una revisión legal del acuerdo antes de firmarlo.

IX. Abstenerse de forzar la aceptación de un acuerdo y / o tomar decisiones por las partes.

X. Observar la restricción de no actuar como profesional contratado por alguna de las partes, para atender un tema que tenga correlación con el asunto mediado.

V - MEDIADOR AL FRENTE DEL PROCESO

El mediador debe:

I. Describir el proceso de Mediación para las partes;

II. Definir, con los mediadores, todos los procedimientos relevantes al proceso;

III. Aclarar en cuanto a confidencialidad;

IV. Asegurar la calidad del proceso, utilizando todas las técnicas disponibles y capaces de llevar a cabo los objetivos de la Mediación;

- V. Asegurar la confidencialidad de los procedimientos, incluso en lo que respecta al cuidado que debe tener el equipo técnico en el manejo y archivo de los datos; SIERRA. Sugerir la búsqueda y / o participación de especialistas ya que su presencia es necesaria para aclarar y mantener la ecuanimidad;
- VII. Interrumpir el proceso ante cualquier impedimento ético o legal;
- VIII. Suspender o dar por terminada la Mediación cuando concluya que su continuación podría perjudicar a cualquiera de los mediados o cuando así lo soliciten las partes;
- IX. Facilitar a las partes, por escrito, las conclusiones de la Mediación, cuando lo soliciten.

VI - MEDIADOR FRENTE A CAMACAN LATAM

- I. Cooperar por la calidad de los servicios que brinda CAMACAN LATAM.
- II. Mantener los estándares de calificación, capacitación, perfeccionamiento y especialización requeridos por CAMACAN LATAM.
- III. Cumplir con los estándares institucionales y éticos de CAMACAN LATAM.
- IV. Someterse a este Código de Ética, reportando a CAMACAN LATAM cualquier violación a sus reglas.

CAPÍTULO III - COMITÉ DE RESOLUCIÓN DE LAS JUNTAS DE CONTROVERSIAS

Las Partes cooperarán entre sí, así como con los miembros del Comité de Resolución de Disputas (CRD) en la realización del trabajo, en la aplicación del Reglamento de Dispute Boards y este Código de Ética.

I - FUNDAMENTAL PRINCIPLES

- I. to resolve swiftly, technically and based on the strict observance of the contract signed between the Parties (“Contract”) the disputes that may occur during the execution of the contractual scope;
- II. protect the schedule and contractual scope of the Parties' individual interests;
- III. stimulate the solution of possible contractual disputes at the time of its appearance, avoiding the complications and costs associated with its extension over time;
- IV. collaborate with the preservation of the relationship between the Parties.

II - EL COMITÉ DE RESOLUCIÓN DE CONTROVERSIAS FRENTE A LA FORMACIÓN

Los Miembros Técnicos y el Presidente del Comité deberán ser elegidos preferentemente de entre los miembros de las listas puestas a disposición por CAMACAN LATAM, conformados por profesionales de reconocida experiencia en sus áreas de especialización y certificados para desempeñar de manera técnica y eficiente las funciones que les serán encomendados por las Partes.

III - FUNCIONES DEL COMITÉ DE RESOLUCIÓN DE CONTROVERSIAS:

I. Prestación de asistencia informal: a solicitud de cualquiera de las Partes o por iniciativa propia, el CRD brindará asistencia (“Asistencia informal”) a las Partes Contratantes para la solución amistosa del conflicto relacionado con el contrato. Al brindar Asistencia Informal, el CRD podrá utilizar la técnica que estime conveniente, eligiendo fomentar la negociación directa entre las Partes, asistir en la conciliación o actuar en la mediación del conflicto;

II. Conclusión del asunto: a solicitud conjunta de las Partes, el CRD emitirá una conclusión (“Conclusión”) sobre una consulta que se le someta, la cual no es obligatoria para su adopción;

III. Emitir recomendación: a solicitud conjunta de las Partes, el CRD emitirá una Recomendación (“Recomendación”) de consulta relacionada con la controversia que se le someta, la cual no requiere ser adoptada;

IV. Emisión de decisión: a solicitud conjunta o por parte de una de las Partes, la CRD emitirá una decisión (“Decisión”) de consulta sobre la controversia que se le someta, la cual deberá ser adoptada.

IV - COMITÉ PERMANENTE Y ESPECIAL DE RESOLUCIÓN DE CONTROVERSIAS

El CRD podrá actuar luego de la ejecución del contrato de forma permanente (“CRD Permanente”) o a solicitud de las Partes (“CRD Ad Hoc”):

I. CRD permanente: formado al momento de la celebración del contrato o dentro de un período posterior a su celebración, permaneciendo activo durante la vigencia del contrato, independientemente de la existencia o no de controversia;

II. Ad Hoc CRD: formado solo cuando se produce una controversia formalmente sometida, permaneciendo activo hasta que se dicte la Decisión y luego de que se hayan agotado los procedimientos que le son aplicables.

El CRD permanente y el CRD ad hoc pueden estar formados por 1 (un) miembro o 3 (tres) miembros, y el CRD consta de 1 (un) miembro con solo el presidente del Comité y el CRD por 3 (tres)) miembros. tendrá 2 (dos) Miembros Técnicos y 1 (un) Presidente del Comité;

V - REQUISITOS PARA EL DESEMPEÑO DE LOS MIEMBROS TÉCNICOS Y DEL PRESIDENTE DE LA COMISIÓN

I. Al aceptar su nominación, los Miembros Técnicos y / o el Presidente del Comité se comprometen a ejercer sus funciones de acuerdo con este Reglamento.

II. Los Miembros Técnicos y el Presidente del Comité deberán proceder con independencia, imparcialidad, competencia, diligencia y discreción durante el ejercicio de sus funciones.

III. Todo candidato a miembro de la CRD debe firmar una declaración de independencia, imparcialidad y disponibilidad y comunicar de inmediato, por escrito, a las Partes, a los demás componentes de la CRD y al Secretariado de CAMACAN LATAM, todos los hechos y circunstancias que puedan poner en duda ante las Partes su independencia, imparcialidad y falta de disponibilidad, incluidas las que pudieran surgir durante su mandato;

IV. A menos que se acuerde lo contrario, si una Parte desea impugnar a un miembro de la CRD debido a la supuesta falta de independencia, imparcialidad, competencia y / o disponibilidad, o por cualquier otra razón, como el incumplimiento de sus funciones, debe hacerlo dentro de los 10 (diez) días, contados a partir del conocimiento de los hechos que motivaron la impugnación. Salvo pacto en contrario, la solicitud deberá ser remitida a CAMACAN LATAM, quien, con el debido respeto al derecho de decisión de las demás Partes involucradas, decidirá el asunto;

V. Si se acepta la impugnación de un miembro del CRD, el miembro deberá ser reemplazado, según lo dispuesto en este Reglamento;

VI. Cualquier Integrante de la CRD podrá renunciar a su mandato, siempre que notifique a las Partes, a los demás integrantes de la CRD y a la Secretaría de CAMACAN LATAM, debiendo permanecer en el ejercicio de sus funciones al menos hasta el final del mes siguiente a la renuncia.

VI - PROCEDIMIENTOS DEL COMITÉ DE RESOLUCIÓN DE CONTROVERSIAS

I. El trámite ante el CRD se regirá por el acuerdo entre las Partes, reflejado en el Contrato y demás instrumentos, por el Plazo y, en su silencio, por este Reglamento, el CRD será responsable de llenar los vacíos y detallar el procedimiento. No obstante, el CRD tendrá la facultad de:

- a - determinar el idioma del procedimiento, teniendo debidamente en cuenta los convenios entre las Partes;
- b - solicitar a las Partes que presenten todos los documentos que la CRD considere necesarios para el desempeño de sus funciones;
- c - convocar reuniones, visitas al lugar de ejecución del Contrato y audiencias;
- d - decidir sobre todas las cuestiones de procedimiento planteadas durante una reunión, visita d - en el lugar de ejecución del Contrato o audiencia;
- y - nombrar expertos, siempre que las Partes estén de acuerdo con ello;
- f - interrogar a las Partes, sus representantes y los testigos que cite la CRD, en el orden que les convenga;
- g - tomar medidas para preservar las pruebas; y
- h - tomar todas las medidas necesarias para el fiel ejercicio de sus funciones.

VII - COMITÉ DE RESOLUCIÓN DE CONTROVERSIAS FRENTE A CAMACAN LATAM

- I. Cooperar por la calidad de los servicios que brinda CAMACAN LATAM.
- II. Mantener los estándares de calificación, capacitación, perfeccionamiento y especialización requeridos por CAMACAN LATAM.
- III. Cumplir con los estándares institucionales y éticos de CAMACAN LATAM.
- IV. Someterse a este Código de Ética, reportando a CAMACAN LATAM cualquier violación a sus reglas.